DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

INTERSECCIONALIDADE E POLÍTICAS EDUCACIONAIS PARA A JUVENTUDE: UM OLHAR SOBRE GÊNERO E RAÇA

INTERSECTIONALITY AND EDUCATIONAL POLICIES FOR YOUTH: A PERSPECTIVE ON GENDER AND RACE

Gisele Silva Gomes[1]

RESUMO:
Este estudo investiga as políticas educacionais brasileiras através da lente da interseccionalidade, abordando como as interações entre gênero e raça afetam a juventude brasileira. O objetivo geral é compreender como gênero e raça moldam as experiências desses jovens e avaliar se as políticas educacionais conseguem mitigar as desigualdades. Como objetivos específicos, o estudo busca identificar a presença da interseccionalidade nas políticas públicas, analisar a efetividade de leis inclusivas e avaliar a aplicação de medidas afirmativas, como as cotas raciais e a inclusão de história afro-brasileira e indígena no currículo escolar. Metodologicamente, este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória, de revisão bibliográfica, focada nas políticas públicas e programas educacionais que influenciam a juventude brasileira sob uma perspectiva interseccional de gênero e raça. Os resultados indicam avanços nas iniciativas inclusivas, porém, evidenciam que ainda existem lacunas, especialmente pelo tratamento isolado de gênero e raça. A pesquisa conclui pela necessidade de uma abordagem interseccional consistente nas políticas educacionais, que promova um ambiente mais inclusivo e equitativo para a juventude brasileira.

Palavras-chave: Interseccionalidade; Políticas Educacionais; Juventude; Gênero; Raça.

ABSTRACT:
This study investigates Brazilian educational policies through the lens of intersectionality, addressing how the interactions between gender and race affect Brazilian youth. The general objective is to understand how gender and race shape the experiences of these young people and to assess whether educational policies can mitigate inequalities. The specific objectives include identifying the presence of intersectionality in public policies, analyzing the effectiveness of inclusive laws, and evaluating the implementation of affirmative measures, such as racial quotas and the inclusion of Afro-Brazilian and Indigenous history in the school curriculum. Methodologically, this work is characterized as qualitative, exploratory research, based on a bibliographic review, focusing on public policies and educational programs that influence Brazilian youth from an intersectional perspective of gender and race. The results indicate progress in inclusive initiatives but reveal persistent gaps, particularly due to the isolated treatment of gender and race. The study concludes by emphasizing the need for a consistent intersectional approach in educational policies to foster a more inclusive and equitable environment for Brazilian youth.

Keywords: Intersectionality; Educational Policies; Youth; Gender; Race

INTRODUÇÃO

Este estudo analisa as políticas educacionais brasileiras sob uma perspectiva interseccional de gênero e raça, explorando como essas políticas impactam as experiências da juventude. A interseccionalidade, neste sentido, revela como a combinação de raça e gênero

[1] Mestranda em Política Social pela Universidade Federal Fluminense. Orcid: 0009-0007-6091-1921. E-mail: gisele.silva.gomes@outlook.com

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

cria experiências únicas e complexas de opressão e exclusão. Para jovens brasileiros, especialmente negros e indígenas, o sistema educacional frequentemente reproduz desigualdades estruturais, impactando seu acesso, permanência e sucesso escolar.

O objetivo geral deste estudo é compreender como as interseções de gênero e raça influenciam a trajetória educacional de jovens brasileiros e identificar em que medida as políticas educacionais promovem ou limitam a inclusão e a igualdade de oportunidades para esses grupos. Para alcançar esse objetivo, foram definidos os seguintes objetivos específicos: Identificar a presença e a abordagem da interseccionalidade nas políticas educacionais brasileiras, especialmente aquelas voltadas à inclusão e diversidade; analisar como as políticas educacionais tratam as experiências de jovens negros e indígenas, considerando os aspectos de gênero e raça de forma combinada; avaliar a eficácia de iniciativas legislativas, como as cotas raciais e a inclusão de história afro-brasileira e indígena no currículo escolar, no combate à exclusão educacional.

Os resultados da pesquisa apontam avanços importantes, como a implementação de políticas de cotas e a valorização da diversidade cultural no currículo. No entanto, ainda há desafios significativos na aplicação prática dessas políticas, que tendem a tratar gênero e raça de forma isolada, ignorando a complexidade das experiências interseccionais. A pesquisa destaca a necessidade de uma abordagem mais abrangente e interseccional, que possa efetivamente reconhecer e atender às especificidades de jovens em situação de múltiplas opressões, promovendo uma educação que contribua para a inclusão e a equidade social no Brasil.

METODOLOGIA

Este trabalho caracteriza-se como uma pesquisa qualitativa, exploratória, de revisão bibliográfica, focada nas políticas públicas e programas educacionais que influenciam a juventude brasileira sob uma perspectiva interseccional de gênero e raça. A escolha por essa metodologia permite uma investigação detalhada das políticas e documentos que abordam as intersecções de raça e gênero, oferecendo um entendimento contextualizado sobre os desafios específicos enfrentados pela juventude no Brasil.

A coleta de dados foi realizada por meio de levantamento bibliográfico de publicações, a partir de fontes diversas, a fim de obter uma visão ampla e fundamentada do tema. Entre as principais fontes, foram incluídos: Documentos oficiais, leis, decretos, resoluções e diretrizes de políticas públicas brasileiras voltadas para educação, juventude e equidade social. Utilizou-se ainda de materiais voltados para avaliação de políticas públicas, tais como:

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

Programas e políticas específicas relacionadas à juventude, com foco em medidas voltadas para gênero e raça; relatórios de ONGs. Foram utilizados também documentos produzidos por organizações não governamentais que atuam na promoção de direitos de jovens, mulheres e populações racializadas no Brasil; além da revisão da literatura acadêmica, por meio de artigos científicos, livros, teses e dissertações que abordam o conceito de interseccionalidade, especialmente nas áreas de ciências sociais, educação e direitos humanos, com foco nas interações de gênero e raça no contexto da juventude brasileira.

Como procedimentos e seleção dos materiais seguiu-se os seguintes critérios: Publicações dos últimos 10 anos para garantir atualidade na análise de políticas e práticas, exceto estudos clássicos; fontes que exploram a aplicação prática e teórica de interseccionalidade, relacionando com políticas educacionais e impacto na juventude; referências acadêmicas e de organizações que tratem de forma crítica as questões de gênero e raça no contexto das políticas públicas brasileiras. Dessa forma foram incluídas publicações em periódicos revisados por pares e disponíveis em bases como Scielo, Google Scholar e CAPES; referências que abordassem a teoria interseccional, relacionando com questões de gênero e raça, e seu impacto na juventude, sobretudo relacionada às políticas educacionais; estudos empíricos e teóricos com foco na realidade brasileira, para captar especificidades do contexto sociocultural e econômico.

A análise dos dados foi realizada por meio de uma leitura analítica e crítica dos textos selecionados, buscando identificar temas recorrentes, desafios e oportunidades. A interpretação dos dados focou em três categorias principais: gênero, para examinar como as construções de gênero afetam as oportunidades, percepções e expectativas sobre jovens brasileiros; raça, para avaliar os impactos de fatores raciais nas desigualdades enfrentadas pela juventude, com foco nas vivências de jovens negros e indígenas; interseccionalidade para identificar como as categorias de gênero e raça se interseccionam, gerando experiências únicas e multidimensionais para a juventude brasileira e como isso impacta nas políticas educacionais brasileiras. Por se tratar de uma pesquisa de revisão bibliográfica, esta pesquisa está em conformidade com os princípios éticos, respeitando os direitos autorais e a integridade das fontes de referência.

CONCEITO DE INTERSECCIONALIDADE

A interseccionalidade é um conceito central para entender como diferentes formas de opressão, como as de raça, gênero e classe, interagem e produzem experiências únicas de exclusão e desigualdade. A autora norte-americana Kimberlé Crenshaw foi a primeira a

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

teorizar formalmente sobre a interseccionalidade, mas, no contexto brasileiro, o conceito é aprofundado para incluir as especificidades da realidade social e histórica do país, como o legado colonial e a estrutura patriarcal e racista. Segundo Gonzalez (1988), o racismo e o sexismo no Brasil possuem um entrelaçamento único que requer um olhar diferenciado para a experiência de mulheres negras, por exemplo.

O conceito de interseccionalidade foi formulado inicialmente pela teórica e jurista norte-americana Kimberlé Crenshaw, que, a partir de estudos na década de 1980, buscava descrever como as discriminações de raça e gênero impactavam a vida das mulheres negras de modo específico e, muitas vezes, negligenciado. Crenshaw (1991) introduziu o termo interseccionalidade para evidenciar que a opressão não é uma experiência isolada de um único marcador social, como raça, gênero, classe, mas uma combinação complexa e inseparável desses fatores. Ela utilizou o conceito para ilustrar que a violência e a discriminação enfrentadas por mulheres negras, por exemplo, não podem ser explicadas isoladamente por categorias de gênero ou raça, mas sim pela interseção de ambas.

A interseccionalidade permite uma análise complexa e multifacetada das opressões, destacando que as desigualdades sociais são construídas e vividas de maneiras distintas conforme a posição de cada indivíduo em uma rede de categorias como gênero, raça, classe, e orientação sexual. No contexto brasileiro, o conceito ganha ainda mais relevância, pois reflete as particularidades históricas e sociais do país, que carrega um legado de racismo estrutural e desigualdades profundas.

No Brasil, autoras como Sueli Carneiro e Lélia Gonzalez contribuem para a expansão do conceito de interseccionalidade, relacionando-o ao contexto brasileiro e ao impacto das opressões raciais e de gênero. Carneiro (2003) afirma que, para as mulheres negras brasileiras, o racismo e o sexismo são experiências inseparáveis e que qualquer tentativa de compreendê-las de modo isolado não retrataria a complexidade de suas vivências. Gonzalez (1988), por sua vez, analisa a situação das mulheres negras brasileiras como uma construção social que articula as ideologias do patriarcado e do racismo, demonstrando como essas duas formas de opressão interagem para perpetuar exclusões e marginalizações.

A interseccionalidade, portanto, permite que se compreendam essas múltiplas opressões de forma relacional, promovendo uma análise mais completa dos fenômenos sociais. Essa abordagem ajuda a evidenciar como o racismo e o sexismo operam de maneira entrelaçada, impactando a vida de mulheres negras de maneira mais intensa, ao mesmo tempo em que são invisibilizadas em narrativas que consideram apenas um marcador de identidade por vez (Gonzalez, 1988; Carneiro, 2003).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

Outro aspecto importante, conforme Silvério (2011), é que a interseccionalidade revela o funcionamento das relações de poder na sociedade e aponta para a necessidade de políticas públicas que contemplem essas intersecções. A compreensão de que diferentes marcadores de identidade se sobrepõem no cotidiano das pessoas permite uma atuação social mais justa, que reconheça e combata essas desigualdades em suas múltiplas dimensões.

GÊNERO, RAÇA E JUVENTUDE NO CONTEXTO EDUCACIONAL

A combinação de gênero e raça desempenha um papel significativo na forma como jovens experimentam o ambiente educacional. Conforme Ribeiro (2017), o ambiente escolar, que deveria ser um espaço de inclusão e aprendizagem, frequentemente reproduz desigualdades estruturais de gênero e raça, impactando de forma distinta os estudantes negros e negras. Jovens negros enfrentam estigmatizações e barreiras que dificultam seu progresso acadêmico, afetando negativamente a autoestima e o sentimento de pertencimento.

Carneiro (2003) argumenta que, para jovens mulheres negras, a interseção entre gênero e raça cria experiências únicas de exclusão e discriminação que frequentemente passam despercebidas nas abordagens educativas convencionais. A presença desses jovens nas escolas é marcada por estereótipos raciais e de gênero que os posicionam à margem dos processos de aprendizagem, evidenciando como a combinação de raça e gênero intensifica a vulnerabilidade e a exclusão desses estudantes.

As políticas educacionais, em um contexto interseccional, devem abordar a complexidade das desigualdades e das exclusões enfrentadas por grupos marginalizados, como juventudes negras, indígenas, e LGBTQIA+. Conforme Santos; Scopinho (2011), a escola pode tanto reproduzir desigualdades quanto servir de espaço de resistência e transformação. No Brasil, as políticas educacionais inclusivas começaram a ganhar força com a Constituição de 1988 e o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), mas ainda enfrentam desafios para incorporar uma perspectiva interseccional de forma prática e efetiva.

A aplicação da interseccionalidade nas políticas públicas, especialmente nas educacionais, permitiria a criação de programas que respondam diretamente às necessidades específicas dos jovens em situação de vulnerabilidade, compreendendo que suas experiências são influenciadas por múltiplas categorias de opressão. No campo do serviço social, a abordagem interseccional é fundamental para o desenvolvimento de políticas públicas que abordem a complexidade das desigualdades sociais. De acordo com Iamamoto (2007), o serviço social deve atuar para promover a inclusão e enfrentar as desigualdades estruturais, especialmente no âmbito educacional, onde jovens de diferentes perfis enfrentam condições

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

desiguais. A perspectiva interseccional possibilita que o serviço social, ao lidar com a juventude em contextos educacionais, crie estratégias de intervenção que levem em conta as necessidades de jovens que enfrentam múltiplas formas de discriminação.

No ambiente educacional brasileiro, a interseccionalidade destaca como a combinação de gênero e raça afeta o acesso, a permanência e o desempenho dos estudantes. Autoras como Davis (2016) ressaltam que jovens negras enfrentam estigmas específicos dentro da escola, o que influencia negativamente sua trajetória escolar. Além disso, segundo Silvério (2011), a invisibilidade de grupos marginalizados nas práticas pedagógicas e curriculares reforça a exclusão e reproduz desigualdades estruturais. Esses aspectos exigem políticas educacionais interseccionais que criem oportunidades reais de transformação para jovens de grupos oprimidos.

POLÍTICAS EDUCACIONAIS NO BRASIL E A QUESTÃO INTERSECCIONAL

Historicamente, as políticas educacionais brasileiras vêm avançando no reconhecimento das desigualdades sociais, de gênero e de raça, ainda que de forma gradual. O Brasil tem implementado políticas públicas voltadas para a promoção da igualdade racial e de gênero no contexto educacional, especialmente após a promulgação da Constituição de 1988 e do advento da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 (Brasil, 1996). Essa legislação representa um marco para o sistema educacional brasileiro, pois estabelece a valorização da diversidade e a igualdade de oportunidades como princípios fundamentais.

A implementação da Lei nº 10.639/2003, que torna obrigatório o ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas, foi um passo importante para promover a representatividade e combater o racismo nas escolas (Brasil, 2003). Posteriormente, a Lei nº 11.645/2008 ampliou essa obrigatoriedade, incluindo a história e cultura indígena no currículo escolar (Brasil, 2008). Essas leis, de acordo com Munanga (2009), representam um avanço no reconhecimento da importância das questões raciais e culturais no sistema educacional brasileiro, ainda que sejam insuficientes para cobrir todas as dimensões da interseccionalidade.

Além disso, a criação de políticas de cotas raciais e sociais para o ingresso em universidades federais, instituída pela Lei nº 12.711/2012, representa uma tentativa de diminuir as desigualdades raciais e de classe na educação superior (Brasil, 2012). Essa política, contudo, enfrenta desafios quanto à sua implementação e monitoramento, e ainda é questionada pela falta de uma abordagem que leve em conta as especificidades de gênero na vivência dos jovens que ingressam por meio das cotas (Munanga, 2009).

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

O ambiente educacional é, muitas vezes, um espaço de exclusão para jovens negros e mulheres jovens, que enfrentam estigmatizações, baixa expectativa por parte dos educadores e uma invisibilidade curricular que reforça preconceitos. Segundo Gomes (2002), no contexto escolar brasileiro, estudantes negros são constantemente alvo de práticas de discriminação racial que impactam sua relação com o aprendizado e com os demais colegas. Gomes destaca que essa discriminação ocorre não apenas por meio de interações interpessoais, mas também pela ausência de representatividade negra no currículo e no material didático, o que contribui para uma visão eurocêntrica e limitada da educação.

Para Gonzalez (1988), o racismo estrutural no Brasil se manifesta na educação de maneira a marginalizar estudantes negros e colocá-los em uma posição de desvantagem. A autora afirma que mulheres jovens, especialmente as negras, estão em uma posição de dupla vulnerabilidade, enfrentando não apenas as barreiras de gênero, mas também as de raça. Essa dupla opressão cria um ambiente escolar hostil que desmotiva e afasta esses jovens da educação formal.

Munanga (2016) discute o impacto do racismo estrutural no sistema educacional e afirma que a educação no Brasil historicamente ignora as especificidades e necessidades da população negra. Ele destaca que a exclusão educacional de jovens negros se manifesta por meio de um currículo que desvaloriza a cultura africana e afro-brasileira, alienando-os de sua própria história e identidade. Essa alienação curricular reforça a exclusão dos jovens negros e sua marginalização dentro do sistema educacional.

Carneiro (2003) aborda que a exclusão educacional também se manifesta na forma como a disciplina e o controle social são aplicados de forma mais rigorosa a jovens negros. Ela argumenta que a educação muitas vezes reforça práticas discriminatórias que transformam as escolas em ambientes de vigilância e punição para esses jovens, o que resulta em um aumento da evasão escolar e em um ciclo de vulnerabilidade social.

Defende-se que a educação brasileira deve adotar políticas educacionais inclusivas e antirracistas que contemplem as demandas específicas de jovens negros e mulheres jovens, neste sentido, Gomes (2002) argumenta que tais políticas devem ser pautadas pela valorização das identidades étnico-raciais e pela inclusão da história e da cultura afro-brasileira no currículo escolar. Essa mudança curricular é fundamental para desconstruir estereótipos e criar um ambiente educacional que acolha e valorize a diversidade.

Apesar dos avanços, as políticas educacionais brasileiras ainda enfrentam desafios para incorporar plenamente uma perspectiva interseccional, que considere simultaneamente os marcadores de gênero, raça e outras dimensões de identidade. Gomes (2002) enfatiza que a

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

ausência de uma perspectiva interseccional nas políticas educacionais é evidenciada pela forma como muitas dessas políticas tratam gênero e raça de forma isolada, sem considerar a complexidade das experiências vividas por estudantes que enfrentam discriminações múltiplas. A autora argumenta que políticas que ignoram a interseccionalidade tendem a ter resultados limitados, pois não alcançam a especificidade das demandas de grupos mais vulneráveis, como mulheres negras e indígenas.

O conceito de interseccionalidade, conforme Ribeiro (2017), deveria estar no centro das formulações políticas para garantir que as experiências únicas de discriminação sofridas por mulheres negras, jovens LGBT+ negros e outros grupos marginalizados fossem reconhecidas e abordadas de forma abrangente. A autora aponta que, sem essa abordagem, as políticas educacionais tendem a reproduzir hierarquias e a perpetuar a exclusão de grupos que não se encaixam em uma abordagem unidimensional.

De acordo com Carneiro (2003), a falta de interseccionalidade nas políticas educacionais acaba gerando programas que, ao tentarem corrigir desigualdades de raça, não consideram as demandas específicas de gênero, e vice-versa. A autora destaca que uma política verdadeiramente inclusiva e transformadora deve considerar a multiplicidade das opressões para combater efetivamente as desigualdades no contexto escolar.

Implementar uma abordagem interseccional nas políticas educacionais requer uma revisão das práticas institucionais e da formação de educadores, que ainda são moldadas por uma visão homogeneizadora e, muitas vezes, desconsideram a complexidade das identidades de gênero e raça. Segundo Munanga (2009), o sistema educacional precisa não apenas adotar medidas afirmativas, mas também construir uma cultura institucional que valorize a diversidade e que forme profissionais preparados para lidar com as realidades interseccionais dos estudantes.

Além disso, Carneiro (2003) destaca que o desenvolvimento de políticas interseccionais necessita de um compromisso governamental para que as ações sejam não apenas implementadas, mas também monitoradas e aprimoradas constantemente. Essa prática de monitoramento seria fundamental para garantir que as políticas consigam responder às mudanças e à diversidade de necessidades dos estudantes ao longo do tempo, prevenindo a perpetuação de exclusões e desigualdades.

A análise das políticas educacionais no Brasil sob a ótica da interseccionalidade evidencia avanços limitados e persistentes desafios. Pesquisas de organizações como Ação Educativa e Geledés mostram que, embora algumas iniciativas considerem a interseccionalidade, elas ainda enfrentam resistências, especialmente de setores

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

conservadores. As tentativas de censura e autocensura de temas de gênero e raça nas escolas dificultam a implementação de políticas educacionais inclusivas, limitando a promoção de igualdade para jovens negros e mulheres (Geledés, 2024).

Apesar de algumas ações, como o apoio ao Estatuto da Juventude e a Política Nacional de Juventude, a integração de uma abordagem interseccional completa nas políticas é restrita. Políticas fragmentadas focam, por vezes, em gênero ou raça separadamente, mas não em como essas dimensões interagem, limitando o atendimento às necessidades específicas de jovens marginalizados.

A Política Nacional de Juventude (PNJ) no Brasil é um conjunto de ações e diretrizes destinadas a promover os direitos e a inclusão social dos jovens brasileiros, geralmente definidos como indivíduos entre 15 e 29 anos, conforme o Estatuto da Juventude, de 2013. Essa política busca garantir que os jovens tenham acesso a oportunidades educacionais, culturais, esportivas, de trabalho e saúde, além de promover seu engajamento político e social. A PNJ visa criar um ambiente de cidadania ativa, em que os jovens possam desenvolver suas potencialidades e superar os desafios específicos que enfrentam.

Um dos principais marcos da PNJ é o Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013), que define direitos como o acesso à educação, à profissionalização, à saúde e à participação na vida pública e política. Esse documento visa estabelecer uma estrutura de apoio para que o Estado forneça programas e serviços que promovam a inclusão e igualdade de oportunidades para jovens em diversos contextos socioeconômicos. Além disso, políticas como o Programa Nacional de Inclusão de Jovens (Projovem) foram implementadas para reduzir o índice de jovens em situação de vulnerabilidade, especialmente aqueles que se encontram fora do sistema educacional ou do mercado de trabalho.

No entanto, a PNJ enfrenta desafios significativos, principalmente em questões de desigualdade racial e de gênero. Estudos mostram que jovens negros e mulheres jovens têm menos acesso a esses direitos e enfrentam maiores taxas de exclusão e vulnerabilidade social. Neste sentido, a implementação da PNJ também exige uma abordagem intersetorial e interseccional. Isso significa que diferentes áreas – como educação, saúde, segurança e assistência social – devem trabalhar em conjunto para garantir que as políticas voltadas à juventude sejam abrangentes e considerem as necessidades específicas de diferentes grupos. Essa perspectiva, no entanto, ainda é limitada e enfrenta resistência em alguns setores, o que impede uma ação verdadeiramente inclusiva e transformadora para os jovens no Brasil.

Além disso, os dados da ONG SBAP indicam que os jovens negros enfrentam taxas elevadas de exclusão educacional e são impactados pelo fenômeno “nem-nem” (nem estuda,

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

nem trabalha), representando 25,5% da juventude. Este dado ressalta a necessidade de políticas integradas que considerem as múltiplas dimensões da marginalização, criando ambientes educacionais que atendam suas especificidades e promovam justiça social. Esses desafios mostram que a ausência de uma abordagem interseccional pode agravar a exclusão de jovens vulneráveis, reforçando a necessidade de políticas públicas mais abrangentes e inclusivas. Conforme Carneiro (2003), é necessário entender como a interseccionalidade ajuda a compreender que jovens negros e negras enfrentam uma discriminação dupla ou até múltipla, tornando-se alvos de desigualdades sistemáticas. Para as políticas educacionais, isso implica uma necessidade urgente de reconhecimento dessas diferenças para que a educação se torne um espaço de inclusão e equidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise das políticas educacionais brasileiras com base em uma perspectiva interseccional evidencia avanços limitados e desafios persistentes. As políticas públicas educacionais abordadas no estudo mostram que, apesar de algumas iniciativas reconhecerem a importância de gênero e raça, elas ainda tratam esses fatores de forma isolada, negligenciando as experiências específicas vividas por jovens em contextos de múltipla opressão.

Ao longo da análise, observou-se que políticas como as cotas raciais e as leis que incluem a história afro-brasileira e indígena no currículo representam avanços importantes, mas ainda insuficientes para abarcar as necessidades dos jovens que enfrentam discriminações entrelaçadas. Esse contexto evidencia que, para transformar efetivamente o ambiente educacional em um espaço inclusivo e igualitário, é fundamental adotar uma abordagem interseccional que considere simultaneamente as múltiplas dimensões identitárias e de opressão.

Outro ponto destacado é que as experiências de exclusão vivenciadas por jovens, especialmente negros e indígenas, são amplificadas pela falta de reconhecimento das especificidades culturais e históricas desses grupos no ambiente escolar. Essa falta de representatividade e o tratamento homogeneizador acabam por intensificar a alienação e o sentimento de não pertencimento, afetando negativamente o desempenho e a permanência escolar desses jovens.

Portanto, conclui-se que o avanço em direção a uma educação inclusiva e equitativa no Brasil passa pela incorporação de uma perspectiva interseccional nas políticas públicas educacionais, que reconheça e aborde as experiências únicas de jovens com base nas interações entre gênero e raça. Essa transformação requer o fortalecimento das diretrizes

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

existentes, a criação de novas políticas que integrem a interseccionalidade de maneira prática e contínua, e a formação de educadores capazes de entender e atuar dentro dessa complexidade. Somente com uma abordagem integral e sensível às especificidades da juventude brasileira será possível promover uma educação que verdadeiramente valorize e respeite a diversidade social e cultural do país.

REFERÊNCIAS

CARNEIRO, Sueli. **Racismo, sexismo e desigualdade no Brasil**. São Paulo: Selo Negro Edições, 2003.

CRENSHAW, Kimberlé. Mapping the Margins: Intersectionality, Identity Politics, and Violence against Women of Color. **Stanford Law Review**, v. 43, n. 6, p. 1241-1299, 1991.

BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** (Lei nº 9.394/1996). Brasília, DF: Ministério da Educação, 1996. Disponível em: https://www2.senado.gov.br/bdsf/handle/id/600653. Acesso em 08 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira". Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em 08 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei de Diretrizes e Bases da Educação para incluir no currículo oficial a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Indígena". Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11645.htm. Acesso em 07 nov. 2024.

BRASIL. **Lei nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio. Brasília, DF: Presidência da República, 2012. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12711.htm. Acesso em 07 nov. 2024.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. São Paulo: Boitempo, 2016.

GELEDÉS. Instituto da Mulher Negra. (2024). **Política educacional e inclusão racial e de gênero no Brasil**. Disponível em: https://www.geledes.org.br. Acesso em 10 nov. 2024.

GOMES, N. L. Educação e Identidade Negra. Aletria: **Revista de Estudos de Literatura**, [S. l.], v. 9, p. 38–47, 2002. DOI: 10.17851/2317-2096.9.38-47. Disponível em: https://periodicos.ufmg.br/index.php/aletria/article/view/17912. Acesso em: 5 dez. 2024.

GONZALEZ, Lélia. Racismo e sexismo na cultura brasileira. In: SILVA, A. B. (Org.). **Movimento negro em debate**. São Paulo: Secretaria Municipal de Cultura, 1988. p. 75-88.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional

DOI: https://doi.org/10.56579/epistimoniki.v1i4.4

IAMAMOTO, Marilda V. **O serviço social na contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2007.

MUNANGA, Kabengele. **O negro no Brasil de hoje. 2. ed. São Paulo: Global, 2016. 224 p.**

MUNANGA, Kabengele. **Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: identidade e pluralismo étnico-racial**. São Paulo: Editora Ática, 2009.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2017.

SILVÉRIO, Valter Roberto. **Relações raciais no Brasil: pesquisas contemporâneas**. São Paulo. Contexto, 2011.

Esta obra está sob licença
Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional